

Surdez e linguagem

Aspectos e implicações
neurolinguísticas

ANA PAULA SANTANA



SURDEZ E LINGUAGEM

Aspectos e implicações neurolinguísticas

Copyright © 2007, 2015 by Ana Paula Santana

Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**

Assistente editorial: **Michelle Neris**

Capa: **Camila Mesquita**

Projeto gráfico: **Crayon Editorial**

Diagramação: **Santana**

Impressão: **Sumago Gráfica Editorial**

Summus Editorial

Departamento editorial

Rua Itapicuru, 613 – 7^º andar

05006-000 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-3322

Fax: (11) 3872-7476

<http://www.summus.com.br>

e-mail: summus@summus.com.br

Atendimento ao consumidor

Summus Editorial

Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado

Fone: (11) 3873-8638

Fax: (11) 3872-7476

e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

Agradecimentos

A Edwiges Maria Morato, a Dudu, por mergulhar comigo no campo da surdez, pelos incentivos constantes e pelo muito que me ensinou;

Às professoras doutoras Cecília Lima, Cristina Pereira e Cecília Bevilacqua (in memoriam), por me introduzirem no “mundo” das crianças surdas;

Aos centros de pesquisa Deric (PUC-SP), Cepre (Unicamp) e Centrinho (USP-Bauru), nos quais colhi boa parte dos dados;

Aos surdos que integraram esta pesquisa e aos seus pais;

Um agradecimento especial a Domingos, que, mesmo participando indiretamente desta pesquisa, introduziu-me no mundo dos surdos por meio de fax, e-mails e relatos sensíveis que tocaram minha alma;

Ao CNPq e à Capes, pelo apoio financeiro que permitiu a realização deste trabalho;

A Ana Paula Berberian, Giselle Massi, Lilian Jacob e Regina Serrato, pela amizade e pelas enriquecedoras discussões acerca da linguagem, e, em especial, a Ana Cristina Guarinello, pelas “trocas” dialógicas sobre o campo da surdez;

Ao Alexandre – meu companheiro e interlocutor “científico” de todas as horas –, pelo nosso crescimento conjunto no campo da linguagem e da surdez.

Aos meus filhos, Beatriz e Gabriel, minhas fortalezas.

Sumário

PREFÁCIO	9
PREFÁCIO À 5ª EDIÇÃO	11
INTRODUÇÃO	15
PARTE I – REALIDADES FABRICADAS	21
1. CULTURA, IDENTIDADE E SURDEZ	23
Surdo: diferente ou deficiente?	25
A busca da identidade	47
Reflexões acerca da expressão “cultura surda”	51
Considerações finais	59
2. A IDADE CRÍTICA PARA A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	63
Sobre o tempo e as etapas na aquisição da linguagem	65
Privação social	69
A maturação cerebral	73
Aquisição da segunda língua (L2)	77
Aquisição da linguagem na surdez	82
Considerações finais	90
PARTE II – ROMPENDO FRONTEIRAS	93
3. DO GESTUAL AO LINGUÍSTICO	95
O estatuto simbólico dos gestos na surdez	100
A língua de sinais	114
Língua Brasileira de Sinais (Libras)	116
A aquisição da língua de sinais	125
Considerações finais	139

4. A LINGUAGEM ORAL	143
Abordagem oralista: da teoria aos fatos	145
Sobre a aquisição da linguagem oral	156
O implante coclear: uma luz no fim do túnel	160
Considerações finais	193
5. O SURDO BILÍNGUE	197
Que tipo de bilinguismo tem sido proposto para a surdez?	199
A escolha dos pais pelo bilinguismo	211
Bilinguismo ou comunicação total?	217
Escrita: uma opção bilingue	230
Considerações finais	246
PARTE III – CALEIDOSCÓPIO	249
6. DAS RELAÇÕES ENTRE COGNIÇÃO E LINGUAGEM	251
Sobre as abordagens a respeito da surdez e os processos cognitivos	257
Considerações finais	267
7. A HETEROGENEIDADE DA SURDEZ E SUAS IMPLICAÇÕES NEUROLINGÜÍSTICAS	269
O estatuto linguístico do hemisfério esquerdo	273
O estatuto linguístico do hemisfério direito	275
Sobre a organização cerebral da linguagem	277
Considerações finais	284
À GUIA DE CONCLUSÃO	287
BIBLIOGRAFIA	297
ANEXOS	313

Prefácio

EM PRIMEIRO LUGAR, AGRADEÇO o convite para prefaciar novamente o livro de Ana Paula Santana. É sempre uma grande responsabilidade apresentar ao outro uma obra e sugeri-la como leitura; ao fazermos isso, tornamo-nos partícipes de suas novas aventuras. Mas dessa vez é possível afirmar que esta obra fez muito sentido para muitos leitores, já que está sendo apresentada em uma nova edição após mais de uma década.

Assim, aceitei esse desafio, também para esta quinta edição, pois entendo que se trata de obra ampla, interessada em discutir modos atuais de enfrentamento das problemáticas que envolvem a surdez, sendo, nesse sentido, muito necessária.

Além disso, entre a primeira e a presente edição deste livro, a autora avançou em suas pesquisas, produziu muito e formou novos pesquisadores, o que amplia seu leque de possibilidades de colaborar ainda mais com a área.

Surdez e linguagem – Aspectos e implicações neurolinguísticas apresenta um debate de ideias muito rico, importante para pesquisadores e todos aqueles que se interessam pela surdez. Trata-se de um texto bem construído, que percorre caminhos pouco usuais, já que os depoimentos dos sujeitos surdos envolvidos são entremeados com muita propriedade pela discussão teórica. Ao mesmo tempo, a autora, corajosamente, traz ao debate um largo espectro de facetas que constituem os múltiplos modos de lidar com a surdez, indo do implante coclear à abordagem bilíngue de atendimento ao surdo. Esse modo de tecer o texto descortina ao leitor um

vasto cenário, revelando conflitos, discussões e saídas que têm envolvido essa área do conhecimento nos últimos tempos.

Nesse contexto, a autora revisa vários aspectos que interessam à neurolinguística e perpassam a surdez, como: a idade crítica para aquisição da linguagem, o desenvolvimento linguístico gestual e oral, o bilinguismo e a aquisição e o desenvolvimento da escrita, pontuando como surdos e ouvintes vêm se relacionando com a surdez diante desses aspectos.

Certamente esta obra não esgota os debates da área, muito pelo contrário, traz pontos de tensão que instigam o leitor à reflexão, diante da complexidade que a surdez nos apresenta – exemplos são os impedimentos para a aquisição da linguagem oral e a necessidade de intervenção diferenciada para a aquisição da linguagem, na perspectiva de favorecer o desenvolvimento pleno dos sujeitos surdos. Esses pontos de tensão permanecem atuais e convocam-nos a participar do debate.

Assim, espero que o leitor aceite o convite e encontre em *Surdez e linguagem – Aspectos e implicações neurolinguísticas* material para aprofundar seus conhecimentos nessa área.

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda
São Carlos, janeiro de 2015.

Graduada em Fonoaudiologia pela USP,
mestre e doutora em Educação pela Unicamp e
docente do Curso de Licenciatura em Educação Especial e do
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Prefácio à 5ª Edição

ESTA EDIÇÃO, RESULTADO DE minha tese de doutorado escrita em 2003, é fruto do reconhecimento tido durante os oito anos após sua primeira publicação, em 2007. Em 2010, este livro foi selecionado para fazer parte do Programa Nacional Biblioteca na Escola. Isso representou uma disseminação das ideias aqui propostas em todas as regiões brasileiras, não apenas entre os pesquisadores, mas também entre professores e pais, coordenadores pedagógicos, intérpretes e demais leitores interessados na surdez e na linguagem.

Mais uma edição implica a consolidação de um texto claro e preciso e que aborde diversas facetas da surdez. Nestes últimos dez anos, realizei novas pesquisas e reflexões que partiram das discussões que tive com alunos e pesquisadores em cursos de graduação, especialização, pós-graduação, seminários, congressos e demais *loci* de diálogos. Dessa forma, informações foram revistas com o objetivo de aprofundar conceitos e debater novas ideias e práticas. Nesse período, foi registrado um aumento considerável de publicações no Brasil em relação à surdez. A regulamentação em 2005 pelo Decreto 5626/2005 (Brasil, 2005) da Lei da Libras (Lei nº 10.436/2002) também promoveu modificações significativas. O reconhecimento da linguagem de sinais legitimou a criação dos cursos de Letras/Libras para atender às exigências legais que se referem à sua inclusão nos currículos dos cursos de licenciatura e fonoaudiologia em todas as universidades do país. Houve também um crescimento de surdos pesquisadores e, assim, o

aprofundamento das pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais. O aumento de doutores surdos no Brasil também legitimou a importância da Comunidade Surda nos debates relativos à surdez, assim como a participação mais efetiva desse grupo nas decisões políticas, como em defesa não apenas de uma abordagem bilíngue, mas do ensino em duas línguas. A carta enviada pelos surdos ao ministro Mercadante, em junho de 2012, foi mais uma tentativa de legitimar esse processo:

A educação inclusiva, grande parte das vezes, permite o convívio de todos os alunos entre si, mas não tem garantido o nosso aprendizado, o aprendizado dos surdos. Rogamos-lhe, senhor ministro, que garanta as escolas bilíngues, com instrução em libras e em português escrito, nas diretrizes educacionais do MEC e que reforce a importância de sua inclusão no PNE. Essas escolas respeitam a especificidade linguístico-cultural das crianças e jovens surdos e sua viabilidade representa a garantia ao direito que os surdos têm a uma educação bilíngue específica, a qual permite o convívio entre seus pares. (Carta aberta ao Ministro da Educação, elaborada pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, que atuam nas áreas de educação e linguística – 8 de junho de 2012)

Em 2012 tivemos, então, sete surdos com doutorado no país, o que evidencia um crescimento no grau de escolarização que, até então, não se tinha alcançado. Poucos conseguiam, anteriormente, finalizar o ensino básico e muitos eram meros copistas, pois as escolas não favoreciam outro tipo de possibilidade, considerando que não estavam preparadas, nem tinham profissionais qualificados para trabalharem com o surdo. A realidade hoje tem se modificado e o censo educacional já os evidencia na universidade, não apenas cursando Letras/Libras, mas tantos outros cursos. Paralelamente a isso, há a preocupação com o domínio da língua portuguesa na modalidade escrita pelos surdos.

Por sua vez, os editores têm produzido livros bilíngues (língua de sinais e português escrito), não apenas didáticos, mas também

literatura infantil e juvenil, propiciando ao surdo possibilidades de letramento na língua de sinais e no português escrito. Atualmente, as temáticas da alfabetização e do letramento não podem ser mais dissociadas. É preciso entender a escrita com base na imersão dos sujeitos em práticas efetivas de leitura e escrita.

Paralelamente a essas questões, verificaram-se também avanços nas tecnologias relacionadas às próteses auditivas. O SUS insere no rol de seus procedimentos, desde dezembro de 2014, a cirurgia bilateral para o implante coclear. As pesquisas na área de audiologia têm evidenciado que o implante bilateral promove uma discriminação auditiva superior ao unilateral. Ao mesmo tempo, os estudos também relatam que não basta “ouvir para falar”, é necessário que sejam consideradas as condições sociais, linguísticas e interativas envolvidas na aquisição de linguagem da criança. Tal afirmação já fazia parte das conclusões da tese que deu origem a este livro desde 2003.

Nesse sentido, cabe aos profissionais que trabalham com a surdez estarem preparados para uma discussão multifacetada. No campo da fonoaudiologia, por exemplo, deve-se considerar questões sócio-históricas nas terapias que visem à aquisição das linguagens oral e escrita. O fonoaudiólogo, a depender do contexto, é o profissional que vai propiciar a aquisição da primeira língua, quando esta for na modalidade oral, ou da segunda língua, quando for na modalidade oral e/ou escrita. O trabalho com a língua de sinais vai depender do estatuto que o fonoaudiólogo atribui a ela. É necessário, assim, que ele possa rever o seu papel. Afastando-se do conceito de normalização e cura, cabe-lhe entender a dimensão da heterogeneidade da surdez em todos os seus aspectos. Nesse sentido, estabelecer uma linha divisória entre implante coclear e língua de sinais pode ser um equívoco.

Apesar do avanço que se verifica nesse debate, continua ainda hoje uma visão polarizada: de um lado, surdos e profissionais que concebem a surdez como diferença; de outro, profissionais que concebem a surdez como doença e, portanto, querem a “cura” por meio

do implante coclear. Mas insistir numa visão polarizada sobre a questão não promove avanços. Avanços esses que têm sido já evidenciados em todas as pesquisas que tratam do tema (e que foram aqui atualizadas). O avanço significa não só entender os conflitos, mas também promover diálogos. Afinal, há surdos com implante coclear que falam e utilizam língua de sinais. As pesquisas na área da neuropsicologia indicam a plasticidade cerebral e as possibilidades cognitivas do deficiente auditivo quando ele adquire a linguagem (seja língua de sinais ou linguagem oral), um surdo bilíngue.

Após realizar também uma atualização bibliográfica sobre os vários temas que compõem este livro, pretendo, ao mesmo tempo, contribuir com os novos debates e continuar colaborando com aqueles que já se faziam presentes quando de sua primeira edição. Convoco, assim, o leitor, mais uma vez, a ser cúmplice ou crítico desta obra.

Introdução

O DIAGNÓSTICO DA SURDEZ¹ traz consigo os pré-construídos culturais em relação ao “ser surdo”: impossibilidade de falar e de aprender, falta de inteligência, insucesso na escola, incapacidade de conseguir um bom emprego etc. Quando uma família ouvinte descobre que o filho não escuta, tem de fazer escolhas: se realizará a cirurgia de implante coclear, se aprenderá a língua de sinais, se comprará um aparelho auditivo, se submeterá o filho à terapia fonoaudiológica, se irá colocá-lo em uma escola regular ou especial.

O tema da surdez envolve, em função disso, muitos aspectos: de ordem médica (sobre a etiologia, o diagnóstico e a cirurgia de implante coclear); de ordem linguística (processos diferentes de aquisição e de desenvolvimento da linguagem oral e/ou de sinais); de ordem educacional (abordagens específicas para o surdo); de ordem terapêutica (acompanhamento especialmente no campo da fonoaudiologia); de ordem social (dificuldade nas interações com ouvintes); de ordem trabalhista (dificuldade de arranjar emprego e luta pelo aumento da “cota” de vagas para deficientes); e de ordem política (luta pelos direitos dos surdos e pelo reconhecimento da língua de sinais). Todos eles decorrem dos obstáculos para falar a língua oral, a língua *legítima* (evidentemente, a legitimidade de uma língua é uma questão de ordem política, resultado de certas relações de poder, e não apenas linguística).

1. Neste trabalho, quando utilizo os termos “surdez” ou “surdo”, refiro-me apenas à surdez de grau profundo, com uma porcentagem mínima de resíduo auditivo.

É por isso que, de uma maneira ou de outra, os pais ouvintes procuram inicialmente garantir que seu filho possa falar. Se lhes asseguram que isso será possível por meio do implante coclear, eles em geral o farão. Se lhes afirmam que o filho falará pelo uso da língua de sinais, eles tentarão aprendê-la. Se lhes dizem que os gestos prejudicam a aquisição da fala, eles procurarão impedir situações comunicativas em que estes possam aparecer.

Entre as áreas do conhecimento relacionadas com a surdez, sempre houve disputa para apontar a melhor solução para a comunicação dos surdos. Essa competição tem duas bases. De um lado, há o oralismo, que busca a “normalidade” e a fala, procurando dispor de avanços tecnológicos para oferecer ao surdo a possibilidade de ouvir. De outro, existe o bilinguismo, que defende a língua de sinais como a língua dos surdos, e uma cultura surda específica, direcionando o debate para uma questão de política linguística. Há, pois, um embate entre a área da saúde (que busca “normalizar”) e pedagógica (que procura diminuir os “estigmas”).

As propostas de trabalho direcionadas à surdez têm se preocupado, basicamente, com as abordagens específicas educacionais para os surdos, com a defesa da “cultura surda” e a análise dos aspectos formais da linguagem. Isso decorre do fato de que é ainda muito recente o interesse, de forma mais sistemática, da linguística pelo tema. Antes, a surdez era objeto de estudo de médicos e educadores e, mais recentemente, de fonoaudiólogos. Pode-se dizer também que pesquisas sobre o tema na área da neurolinguística ainda estão no início. Dessa forma, o objetivo deste livro é oferecer uma contribuição a esse debate, a fim de proporcionar discussões que levem em conta a relação entre linguagem, cognição e cérebro, assim como o que decorre dela: as interações socioculturais, a intersubjetividade, os processos de significação. Esses elementos procuram compor uma perspectiva sociocognitiva das ações humanas.

Minhas preocupações voltaram-se, com isso, para a análise do que de fato ocorre nas interações sociais que marcam a experiên-

cia linguística dos surdos. Por exemplo, propõe-se a um surdo determinada abordagem terapêutica/educacional, mas como ele se relaciona com sua família ouvinte, seus pais e seus amigos na escola? Quem são os seus interlocutores? Quais opções linguísticas esse surdo faz diante de situações interativas, linguísticas e heterogêneas? E, principalmente, quais as implicações neurolinguísticas desses aspectos?

A discussão sobre o funcionamento cognitivo na surdez não pode se referir apenas aos aspectos biológicos. A organização cognitiva particular está também relacionada à percepção do mundo e à construção da significação. Podemos dizer que, na surdez, encontramos uma condição neurolinguística de grande complexidade, em decorrência das condições de aquisição da língua, do uso da leitura labial, da língua de sinais, da fala, da “audição” resultante das próteses auditivas e dos implantes cocleares, dos aspectos culturais e do impacto político e social destes na vida dos surdos. E esses fatores dependem ainda de outras variáveis: práticas interativas, interlocutores proficientes, possibilidades de adquirir uma segunda língua, métodos formais ou informais na sua aprendizagem e a relação de cada sujeito com essa(s) língua(s).

Uma vez que se leva em conta a neurolinguística enunciativo-discursiva para a composição deste trabalho, consideram-se relevantes as relações entre cérebro, linguagem e cultura, as situações de enunciação contextualizadas, os metadiscursos produzidos, os contextos pragmáticos, a construção da subjetividade e as condições sócio e psicolinguísticas. Assim, cabe a indagação de como podemos pensar o funcionamento cerebral ante a surdez e as condições de linguagem heterogêneas.

Não se pode tomar como base a ideia de que há um “cérebro do surdo” universal, ou seja, não podemos fazer generalizações arbitrárias sobre seu funcionamento nem correlações anatomofisiológicas a expensas de fatores históricos e subjetivos. O cérebro humano, por sua natureza plástica e dinâmica, é capaz de novas (re)organizações funcionais resultantes do contexto sócio-

-histórico de que o sujeito participa. Em função disso, uma série de outras questões é colocada: a discussão sobre “cultura e identidade surda” tem quais consequências sobre os aspectos neurolinguísticos? A dificuldade na aquisição da linguagem em idade tardia na surdez pode ter como base de explicação apenas a tese do período crítico? Como as condições linguísticas (língua de sinais, linguagem oral, bilinguismo) que o surdo apresenta influenciam os fatores neurolinguísticos?

Baseando-me nessas considerações, organizei os capítulos deste livro dividindo-os em três partes. Na primeira, discuto aspectos relacionados às realidades fabricadas. Nela, procuro entender o que subjaz ao conceito de surdez e a seus categoremias: identidade, cultura e língua. Procuro também compreender o motivo pelo qual o metadiscurso construído pelos leigos e especialistas em surdez transforma a representação da realidade em realidade da representação, como ocorre com a reivindicação de uma cultura surda, de uma língua do surdo, de uma identidade surda.

Do mesmo modo, discuto – com base nas noções de tempo, de etapas predefinidas e de maturação cerebral – o conceito de idade crítica para aquisição da linguagem. “Verdades” enraizadas em nossa cultura que trazem consequências para o tratamento da surdez são, então, expostas: a priorização de próteses auditivas para crianças menores, a crença na impossibilidade de adquirir a linguagem após determinada idade etc. Analiso ainda se, na atualidade, com a confirmação da plasticidade cerebral, é possível conceber o cérebro como rígido e inflexível.

Na segunda parte, “Rompendo fronteiras”, abordo aspectos relacionados ao funcionamento da linguagem. As diferentes propostas educacionais para a surdez delimitam fronteiras entre gesto, língua de sinais e linguagem oral. Porém, as fronteiras são rompidas quando se verificam sistemas semióticos verbais e não verbais co-ocorrentes; interações marcadas por disfluências dos interlocutores, cujas interações são repletas de mal-entendidos; surdos que não se “identificam” com as escolhas linguísticas rea-

lizadas por seus pais ou professores; a desmistificação do falante/ouvinte ideal; e abordagens terapêuticas e educacionais que se distanciam da prática e da história dos surdos com a linguagem.

Na terceira parte, “Caleidoscópio”, enfoco as implicações neurolinguísticas das diferentes formas de perceber e referenciar o mundo. Assim como o caleidoscópio produz várias imagens em um mesmo objeto, as experiências humanas podem ser diversas, embora todos os sujeitos sejam surdos (homogeneidade que esta pesquisa demonstra ser aparente e arbitrária). Mudanças nas interações e na linguagem provocam mudanças cognitivas. A discussão sobre cérebro, cognição e linguagem na surdez não pode se basear em um cérebro universal, homogêneo, a-histórico. Há transformações cognitivas que ocorrem em função de como significamos e compartilhamos o mundo, da(s) escolha(s) linguística(s) que fazemos, de como construímos nossa subjetividade. Ao compreender esses aspectos como inter-relacionados, percebemos a relação intrínseca entre linguagem e cognição, bem como a importância das condições de aquisição e uso da linguagem – seja ela oral ou sinalizada – em nossa capacidade de apreender, interpretar e agir no mundo. Essas condições têm implicações (neuro)linguísticas. Há um silêncio que se revela na arbitrariedade de algumas abordagens educacionais que não levam em conta a relação de mútua constitutividade entre cognição e linguagem, em que intervêm a qualidade das interações humanas e as práticas sociais – das quais a linguagem é, sem dúvida, a mais significativa.

Acrescento que meu estudo leva em conta aspectos relacionados apenas aos surdos de grau profundo e filhos de pais ouvintes, realidades essas consideradas mais problemáticas em termos sociais, linguísticos e cognitivos.

Participaram desta pesquisa seis crianças e cinco adultos surdos. A história de cada sujeito citado pode ser encontrada nos “Anexos”. Este estudo envolveu: a) análise do uso da linguagem por surdos que participaram de abordagem bilíngue, que foram submetidos à abordagem oralista e que possuem implante cocle-

ar; b) entrevistas com a família, os fonoaudiólogos, os professores e os instrutores de língua de sinais; c) entrevistas com surdos adultos.²

Utilizei um método de análise observacional e qualitativo, no qual foram enfocados usos significativos da linguagem inseridos em práticas discursivas, que requerem diferentes usos de linguagem (oral, de sinais, gestos). Por meio desses recortes, procurei entender melhor os processos de significação verbais e não verbais de que os surdos lançam mão em suas interações sociais, bem como observar suas implicações neurolinguísticas.

2. Os dados para esta pesquisa foram coletados em instituições que trabalham com surdos sob diferentes abordagens. São elas: Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação Prof. Dr. Gabriel Oliveira da Silva Porto (Cepre/FCM/Unicamp), Centro de Pesquisas Audiológicas (CPA/HRAC/USP-Bauru) e Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (Derdic/PUC-SP).

Parte I

Realidades fabricadas

1. Cultura, identidade e surdez

Infelizmente, a cultura surda é bastante pobre. Se na escola os professores agissem como eu almejo, tenho certeza de que os surdos cresceriam mais culturalmente. Não estou querendo me colocar num pedestal, mas na minha vida como surda, e com tantos anos de trabalho com surdos, sempre pesquisando, comprando livros e lendo bastante, vi e vejo que essa é uma forma positiva de ampliar o conhecimento dos surdos. Infelizmente, os trabalhos são muito diversificados nas escolas, não há ainda uma forma homogênea de educação para o surdo e isso é até normal, pois, enquanto alguns preferem a comunicação total, outros, o bilinguismo, outros, a língua de sinais, outros, o português sinalizado e, ainda outros, a língua oral. Assim, percebe-se que nem os surdos conseguem saber qual seria o melhor caminho a ser adotado. Porém, sem dúvida, o caminho mais importante é dar a eles meios de comunicação seguros.

(Relato escrito de Dalva, professora surda)

Quando um pesquisador propõe determinadas abordagens para lidar com a surdez, não consegue ser imparcial, pois sua proposta sempre refletirá uma concepção própria do problema. Tal concepção resulta do modo como cada estudioso encara a surdez, seja como deficiência ou diferença. Há uma espécie de competição, de disputa implícita ou explícita por fornecer a solução primordial para a comunicação dos surdos. Em linhas gerais, essas soluções têm duas bases: uma oferecida pelas ciências biológicas, que geralmente veem o surdo como deficiente e, portanto,